



Ami  
T

# CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO 2019

Entre:

**Primeiro Outorgante:** Município de Marco de Canaveses, pessoa coletiva de direito público n.º 501073655, com sede e Paços do Concelho no Largo Sacadura Cabral, Marco de Canaveses devidamente representado neste ato pela Senhora Presidente, Dr.ª Cristina Vieira, doravante designado por Primeiro Outorgante,

E

**Segundo Outorgante:** Associação Independentes Clube de Pesca Desportiva, pessoa coletiva n.º 507591933, com sede na Rua da Igreja, na freguesia de Penhalonga e Paços de Gaiolo, concelho de Marco de Canaveses, devidamente representada pelo seu Presidente da Direção, Manuel Ferreira, com os necessários poderes para este ato, doravante designado por Segundo Outorgante.

## Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres;

Considerando a competência dos órgãos municipais no apoio a atividades desportivas e recreativas de interesse público municipal;

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que o desenvolvimento desportivo, um dos anseios das populações nas sociedades atuais, exige que as diferentes entidades com capacidade de intervenção utilizem as suas potencialidades de forma conjugada e articulada, proporcionando melhores condições de acesso à prática desportiva;

Considerando que compete aos Municípios em colaboração com as associações desportivas, promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos;



Considerando que o desenvolvimento desportivo do Marco de Canaveses, necessita da conjugação das vontades das diferentes entidades intervenientes no Município;

Considerando que o Segundo Outorgante como entidade associativa sem fins lucrativos tem como seus objetivos, o desenvolvimento da prática de atividade física e desportiva, movimentando pessoas e jovens;

Entre o Primeiro Outorgante e o Segundo Outorgante:

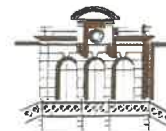
É celebrado o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelo disposto no DL n.º 273/2009, de 1 de Outubro, pelo disposto nos artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, pelo disposto no Código Regulamentar do Município de Marco de Canaveses – Capítulo 6 - Apoio ao Associativismo e Princípios Gerais de Direito Administrativo, em especial os princípios enunciados no artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos, pelos considerandos supra e cláusulas seguintes:

### **Cláusula Primeira (Objeto)**

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo tem por objeto a cooperação financeira entre os outorgantes, destinada à execução do programa de desenvolvimento desportivo apresentado pelo segundo outorgante para a época desportiva 2019.

### **Cláusula Segunda (Obrigações do Segundo Outorgante)**

1. Por força do presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, constituem obrigações do Segundo Outorgante fomentar e dinamizar a prática de pesca desportiva, nos termos que se concretizam na(s) alínea(s) seguinte(s):
  - a. Organização e participação nas provas regionais e nacionais de Pesca Desportiva em diversos escalões.
2. As ações contempladas no número anterior, quando sejam divulgadas ou publicitadas, por qualquer meio, têm obrigatoriamente de referir o apoio concedido pelo Primeiro Outorgante através da menção «Com o apoio da Câmara Municipal do Marco de Canaveses».
3. O Segundo Outorgante compromete-se também, sempre lhe seja atempadamente solicitado e sem prejuízo das suas atividades desportivas colaborar em iniciativas promovidas pelo Primeiro Outorgante.



CÂMARA MUNICIPAL DO MARÇÓ DE CANAVESES

*Carin*  
*[Signature]*

4. O Segundo Outorgante compromete-se a certificar as suas contas e organizar a sua contabilidade por centros de custos, com reconhecimento claro dos custos incorridos por contrato-programa e a identificação das receitas, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

### **Cláusula Terceira**

#### **(Obrigação do Primeiro Outorgante / participação financeira)**

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo apresentado na cláusula segunda, o Primeiro Outorgante participa financeiramente no valor de **1.250.00 € (mil duzentos e cinquenta euros)**, efetuada pela forma de transferência bancária.
2. A verba indicada no número anterior, será obrigatoriamente afeta à prossecução das atividades elencadas nas alíneas do ponto 1 da cláusula segunda, não podendo o Segundo Outorgante utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata do presente contrato-programa, por parte do primeiro outorgante.
3. O valor de participação financeira tem cabimento orçamental através da(s) rubrica(s) 0102/040701 dos documentos previsionais para o ano económico de 2019 do Primeiro Outorgante.
4. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo na cláusula segunda, o Primeiro Outorgante prestará a colaboração que venha a ser considerada adequada, designadamente na cedência de recursos logísticos e utilização de equipamentos com isenção de taxa, sendo avaliada, caso a caso, mediante apresentação prévia da proposta das atividades.

### **Cláusula Quarta**

#### **(Sistema de acompanhamento e controlo de execução do contrato)**

1. O acompanhamento e fiscalização da execução do programa de desenvolvimento desportivo a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pelo Primeiro Outorgante, designadamente no ponto 1 da cláusula segunda.
2. O Segundo Outorgante obriga-se a apresentar à Câmara Municipal todos os documentos e informações, que esta considere necessários relativos à execução do programa de desenvolvimento desportivo, para efeitos de fiscalização.



3. Assim que concluída a realização do programa de desenvolvimento desportivo a que se refere o presente contrato, o Segundo Outorgante compromete-se a enviar ao Primeiro Outorgante um relatório final sobre a execução do presente contrato.

**Cláusula Quinta**  
**(Incumprimento do contrato)**

1. O incumprimento do presente contrato-programa por parte do Segundo Outorgante confere ao Primeiro Outorgante o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa.
2. Nos demais casos, o incumprimento confere ao Primeiro Outorgante apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.

**Cláusula Sexta**  
**(Período de vigência do contrato-programa)**

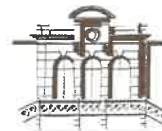
O presente contrato-programa vigora pelo período de um ano, de acordo com a época desportiva 2019.

**Cláusula Sétima**  
**(Resolução de litígios)**

Os litígios emergentes da execução do presente Contrato-Programa encontram-se submetidos a arbitragem nos termos do disposto no artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua versão atual.

**Cláusula Oitava**  
**(Regime aplicável)**

Em tudo o que estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL n.º 273/2009, de 1 de Outubro, na sua versão atual.



CÂMARA MUNICIPAL DO MARCÓ DE CANAVESES

### **Cláusula Nona (Publicitação)**

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua publicitação, conforme o previsto nos artigos 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, n.º 1 do artigo 14.º e do n.º 1 do artigo 27º, ambos do Decreto –Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua versão atual.

### **Cláusula Décima (Compromissos)**

Nos termos definidos no n.º 3 do artigo 5.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, o compromisso associado ao contrato corresponde ao n.º 38647.

**§ ÚNICO:** O presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo não se encontra sujeito à Parte II do Código dos Contratos Público, nos termos do disposto na alínea c) do artigo 5.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º-B, ambos do referido Código.

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação da reunião da Câmara Municipal de 28 de janeiro de 2019 e impresso em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.

Marco de Canaveses, 6 de fevereiro de 2019

Primeiro Outorgante

Dr.ª Cristina Vieira

Segundo Outorgante

Manuel Ferreira

